



ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA
COORDENADORIA ACADÊMICA
CURSO AVANÇADO DE COMANDO E ESTADO-MAIOR

DANIEL ERNESTO RODRIGUEZ RODRIGUEZ, Major

Estudos Estratégicos da Polícia Na Força Pública do Panamá

Rio de Janeiro
2021

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA
COORDENADORIA ACADÊMICA
CURSO AVANÇADO DE COMANDO E ESTADO-MAIOR

DANIEL ERNESTO RODRIGUEZ RODRIGUEZ, Major

Estudos Estratégicos da Polícia Na Força Pública do Panamá

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Curso Avançado de
Comando e Estado-Maior da Escola de
Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.
Linha de Pesquisa: Operações Militares.
Orientador: Luiz Gustavo Schenk

RESUMO

O presente trabalho de investigação sobre “Estudos Estratégicos da Polícia Na Força Pública do Panamá”, é confeccionado com o propósito de elaborar uma proposta de Educação Superior, dirigida aos oficiais Superiores da Força Pública do Panamá, que possa melhorar com as operações policiais realizadas no dia a dia em o país, lembrando que, após a invasão dos Estados Unidos, em 1989, a força militar passou a ser um organismo policial, pelo que a formação dos oficiais comporta uma mescla de doutrinas militares e policiais das forças armadas da América Latina, Neste sentido, a investigação busca identificar em que medida a atual formação dos Oficiais Superiores da Força Pública do Panamá contribuem para suas ações de Segurança Nacional, frente aos novos desafios em matéria de criminalidade que vêm com o avanço da tecnologia e a Globalização do mundo, a abordagem para este trabalho foi por meio da busca de informações sobre países que podem educar superior para suas forças militares ou policiais e fazer uma comparação com a realidade da Força Pública do Panamá, além de teóricos que escreveram sobre a importância em a profissionalização das forças armadas para levar a cabo suas operações.

Palavras-chave: Educação Superior; Força Pública; Operações Policiais; Doutrina.

RESUMEN

El presente trabajo de investigación sobre “Estudios Estratégicos de Policía en la Fuerza Pública de Panamá”, es confeccionado con el propósito de elaborar una propuesta de Educación Superior, dirigida a los oficiales Superiores de la fuerza Pública de Panamá, que pueda contribuir con las operaciones policiales realizadas en el día a día en Panamá, recordando que después de la invasión de 1989 por los Estados Unidos la fuerza militar pasó a ser un organismo Policial, por consiguiente la formación de los Oficiales lleva una mezcla de doctrinas militares y policiales de fuerzas armadas de Latinoamérica. En este sentido, la investigación busca identificar en qué medida la actual formación de los Oficiales Superiores de la fuerza Pública de Panamá contribuyen para sus acciones de Seguridad Nacional, frente a los nuevos desafíos en materia de criminalidad que vienen con el avance de la tecnología y la Globalización del mundo, el abordaje para este trabajo fue por medio de la búsqueda de información sobre países que poseen educación superior para sus fuerzas militares o policiales y hacer una comparación con la realidad de la Fuerza Pública de Panamá, además de teóricos que escribieron sobre la importancia en la profesionalización de las fuerzas armadas para llevar a cabo sus operaciones.

Palabras Claves: *Educación Superior; Fuerza Pública; Operaciones Policiales.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Origem da Força Pública do Panamá.....	16
Figura 1 - Organograma Funcional do Ministério da Segurança Pública.....	17
Figura 2 - Cursos oferecidos pela Escola Superior de Guerra no Brasil.....	21
Figura 3 - Pilares que sustentam o pessoal da Força Aérea	24
Gráfico 1 - Ausência de instituto de estudos superiores.....	25
Gráfico 2 - Promover alinhamentos de uma Doutrina Conjunta.....	26
Gráfico 3 - Melhorar as capacidades dos oficiais superiores.....	27
Gráfico 4 - Falta de preparação na condução das operações policiais	28
Gráfico 5 - Especialização de Oficiais Superiores no estrangeiro	29
Gráfico 6 - Estudos Superiores Estratégicos de Polícia	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ausência de Instituto de Estudos Superiores.....	25
Tabela 2 - Promover lineamentos de uma Doutrina Conjunta.....	26
Tabela 3 - Melhorar as capacidades dos Oficiais Superiores.....	27
Tabela 4 - Falta de preparação na condução das operações policiais.....	28
Tabela 5 - Falta de preparação na condução das operações policiais.....	29
Tabela 6 - Estudos Superiores Estratégicos de Polícia.....	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANAPO - Academia Nacional de Polícia

CACEM - Curso Avançado de Comando e Estado-Maior

CAEM - Curso de Altos Estudos Militares

ECEMAR - Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica

EPEA - Políticas e Estratégias Aeroespaciais

EUA - Estados Unidos de América

IMGTH - Instituto Militar General Tomás Herrera

ITP - Instituto Técnico Polícia

SENAN - Serviço Aéreo e Naval Nacional

SENAFRONT- Serviço Nacional de Fronteira

US-ARMY - Exército dos Estados Unidos da América

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	METODOLOGIA.....	11
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
3.1	Militarismo no Panamá.....	14
3.2	Origem da Força Pública no Panamá.....	15
3.3	Estrutura Organizacional das Forças Públicas do Panamá.....	17
3.4	Legado Militar na Educação Policial do Panamá.....	18
3.5	Ensino Superior de Organizações Militares ou Policiais da Região.....	19
3.6	Modelo Educacional Estratégico Policial na Força Pública do Panamá..	21
4	APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	24
5	CONCLUSÃO.....	31
	REFERÊNCIAS.....	34

1 INTRODUÇÃO

A República do Panamá está localizada na América Central. Sua posição geográfica permitiu no início do século XX a construção de um canal Interoceânico através do istmo, unindo os mares Passiva e Atlântico, permitindo encurtar as distâncias para o comércio e o transporte Marítimos entre a América e os continentes europeu, Africano e Asiático.

Esta posição estratégica, favorece também as organizações criminosas que aprovam os avanços na tecnologia e na Globalização para utilizar o país como ponte ou trampolim para realizar suas operações criminosas o que traz para a sociedade panamenha uma perseguição de insegurança.

O presente trabalho identifica a problemática que tem a Força Pública do Panamá, com relação à educação superior dos oficiais que compõem os escalões de Segurança, a inexistência de uma educação Superior estratégica policial, que lhes permita criar as ferramentas necessárias para enfrentar os avanços do crime organizado, que cada dia muda de cenário e de modus operantes devidos às inovações tecnológicas que vêm com o mundo globalizado.

O governo central do Panamá, estabelecido como estratégia de segurança pública, as Operações Conjuntas entre os escalões de Segurança com o fim de combater o crime organizado e crimes afins, que afetam diariamente a tranquilidade e a paz social do povo panamenho, no entanto, não existe um documento que enquadre aqueles lineamentos que se devem seguir para a realização de operações conjuntas ou inter-agências, pelo que cada instituição trata de ganhar protagonismo ante a visão do Presidente da República.

Atualmente, o Ministério da Segurança Pública do Panamá é composto por: Polícia Nacional, Serviço Nacional de Aeronaval, Serviço Nacional de Fronteira e Serviço Nacional de Migração, cada um deles tem sua própria Lei regulamentando-os.

A Força Pública panamenha não possui um centro de ensino superior para oficiais, o que impede o crescimento profissional na carreira policial, neste aspecto países da região como Estados Unidos, Honduras, Argentina e Brasil, com forças armadas de maior tradição, oferecem ao país por meio de intercâmbios diplomáticos

cursos de Estudos Superiores para oficiais panamenhos para prepará-los nos cursos do estado-maior e podem implementar os conceitos doutrinários adquiridos nesses países, no entanto, nem todos os oficiais superiores têm essa oportunidade de poder treinar fora do país.

Atualmente, cada estamento de segurança por meio de seus departamentos de ensino e a devida autorização do Presidente da República designa um ou dois oficiais para participar dos cursos de pessoal geral com especialidades; (Ar, Naval e Exército) em diferentes países latino-americanos, dependendo das relações diplomáticas e econômicas que existem e que facilitam essa troca de culturas e doutrina militar entre nações parceiras.

Nesta ordem de ideias, devemos enfatizar que a Força Pública panamenha tem um grande número de oficiais superiores e nem todos têm as mesmas oportunidades de treinar no ensino superior ao longo de suas carreiras.

Devido ao tema mencionado em questão, surge portanto o questionamento: Identificar em que medida a atual formação dos Oficiais Superiores da Força Pública do Panamá contribui para suas ações de Segurança Nacional do Panamá

O trabalho de pesquisa estabeleceu a hipótese de que existência de um Instituto de Estudos Superiores contribuirá para melhorar a formação de seus oficiais superiores em todos os estamentos de força pública, fornecendo-lhes as ferramentas de conhecimento necessárias, aplicadas ao uso de forças para enfrentar com liderança todas as ameaças do mundo do crime que vêm como resultado da Globalização.

Vai gerar aos oficiais superiores um ambiente competitivo e interesse para continuar cultivando conhecimento nas ciências policiais.

Na busca pela resposta ao problema supracitado foi estabelecido como objetivo geral:

Elaborar uma proposta para estudos superiores estratégicos da polícia, destinado a todos os oficiais superiores da Força Pública panamenha, para aprimorar o conhecimento das Ciências Policiais de uma perspectiva humana e integral, garantindo assim o cumprimento da missão institucional de cada força.

Para atingirmos o objetivo geral e com o intuito de balizar as ações da pesquisa foram definidos os objetivos específicos abaixo:

- Descrever o fundo histórico da Força Pública do Panamá.

- Promover por meio da Assessoria de Desenvolvimento Institucional do Ministério da Segurança Pública, o Ensino Superior na Carreira de os Oficiais.
- Analisar a situação da força pública panamenha em relação ao ensino superior de seus oficiais.
- Analisar a experiência regional de outros órgãos militares ou policiais em relação ao ensino superior de seus oficiais.
- Apresentar as diretrizes para estudos estratégicos policiais para a Força Pública do Panamá.

2 METODOLOGIA

A metodologia do estudo será de natureza aplicada, uma vez que foram definidos Objetivos Gerais e Específicos, o que ajudará no desenvolvimento da pesquisa, identificar até que ponto o atual treinamento de altos oficiais da Força Pública do Panamá contribui para as ações de segurança pública do país.

Para atender aos objetivos e abordar a formulação sistemática do problema, este trabalho de pesquisa será qualitativo com uma abordagem expositiva, como será descrito em uma área global; os países que fornecem ensino superior para seus órgãos militares e policiais.

Para cumprir esta pesquisa, a busca será baseada no tipo: Bibliografia, documentários, histórias escritas por autores clássicos e estudos de caso. Utilizando dados e informações encontrados em livros, revistas, bem como artigos de interesse baseados no ensino superior, bem como lições aprendidas copiando histórias reais e fatos que possam ter ocorrido na profissão policial.

O primeiro objetivo específico descreve o histórico da Força Pública do Panamá; referência do militarismo no Panamá desde o final do século XIX, quando começaram as relações internacionais com os Estados Unidos e sua política expansiva.

Continuando o militarismo associado ao “populismo” que permanece como uma bandeira em um projeto nacional, até a invasão norte-americana que põe fim ao militarismo. Concluimos com a situação atual do Panamá e as pressões americanas para remilitarizar as instituições do país.

O tipo de pesquisa para este propósito específico foi alcançado através de uma pesquisa bibliográfica com o trabalho de Gandásegui e Marco (2009), e com material consultado na internet.

Em relação ao objetivo, a pesquisa foi explicativa, descrevendo as causas que levaram ao desmilitarismo no Panamá e, assim, se tornando uma força pública para a segurança da nação.

O segundo objetivo específico é desenvolvido sob o conceito de pesquisa experimental, uma vez que o Ministério da Segurança Pública do Panamá, por meio do Gabinete de Desenvolvimento Institucional desenvolve os planos e promove políticas educacionais para as entidades de segurança do país; nessa linha de esforço este estudo busca promover uma reforma educacional que tenha os padrões de ensino superior estratégico da polícia que contribuam para a formação integral dos oficiais.

No terceiro objetivo específico, em relação à sua natureza, a pesquisa será aplicada, pois gerará uma solução específica para o problema existente na formação de altos oficiais no Panamá, fornecendo mecanismo para fortalecer seu ensino a fim de criar estratégias que busquem combater os avanços da criminalidade, segundo Patricia Bulla e Sergio Guarín (2015). As Nações Unidas reconhecem que a profissionalização dos serviços de segurança é um aspecto fundamental para garantir o acesso à justiça e à consolidação da paz e da estabilidade. A profissionalização da polícia refere-se ao fortalecimento do corpo de saberes e capacidades para a melhoria do serviço por meio da educação e formação especializada, adquirindo as habilidades e ferramentas necessárias para fazer o trabalho atribuído de forma eficaz, eficiente e eficaz.

Atualmente, a formação de oficiais da Força Pública do Panamá é realizada no Centro de Ensino Superior com duração de quatro anos de estudos ou através de bolsas internacionais para estudar junto às carreiras militares ou policiais em outros países.

A metodologia utilizada para o quarto objetivo específico, dependendo de sua natureza, será aplicada; porque gera a questão de como as agências militares ou policiais internacionais treinam seus oficiais superiores para enfrentar os novos desafios do mundo globalizado.

Quanto ao tipo de pesquisa, será bibliográfica; com base em materiais como livros e jornais já publicados na internet. Por exemplo, o ensino superior da República Federativa do Brasil, relacionado com sua Força Aérea, tem na instituição chamada **ECEMAR**, que é a organização de estudos superiores militares do Comando da Aeronáutica, cujo objetivo é fornecer cursos de estudos militares superiores para oficiais da Força Aérea Brasileira, oficiais de nações amigas e civis, como por exemplo, o Curso Avançado de Comando Aéreo e Estado-Maior (CACEM) e o Curso de Altos Estudos Militares (CAEM), assim também como no Estágio de Política e Estratégias Aeroespaciais (EPEA), cumprindo o propósito de treinar oficiais superiores para o preparo e uso do componente militar do poder aeroespacial.

E para completar, o quinto objetivo tratará das diretrizes a seguir na política de ensino superior voltada para ciências policiais e pesquisa científica, tendo como referência os países que possuem escolas superiores de guerra ou centros de ensino superior de polícia que podem orientar esta pesquisa.

Para Fentanes (PANAMÁ, 2015, p. 60), "A Ciência da Polícia" visa o estudo sistemático e metódico da Polícia como instituição e estrutura, ou seja, o estudo da polícia assume a qualidade do conhecimento científico considerado como um sistema de conhecimento, uma ciência cujo objeto é a polícia, como instituição e estrutura. Na América Latina, Enrique Fentanes foi considerado um pioneiro da Ciência policial ao sistematizá-la em seu "Tratado de Ciência da Polícia" (1972)".

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica desta pesquisa está baseada, em como a força de segurança do Panamá, passou de um organismo militar castrense a uma força pública, enunciando o legado que deixou o militarismo em Panamá na formação e educação dos Oficiais subalternos e superiores de Panamá assim como a inexistência de estudos superiores estreitos de polícia.

Para fins desta Investigação, serão tratados apenas o conceito tais como: histórico da força pública no Panamá, a situação da força pública Panamenha em relação ao ensino superior de seus oficiais, ensino superior de organizações militares ou policiais da região e o modelo educacional estratégico policial.

3.1 MILITARISMO NO PANAMÁ

O militarismo no Panamá é inaugurado, com o desembarque dos “fuzileiros” americanos nas praias de Colón em 1904. Na nascente República do Panamá o militarismo não é uma aliança entre classes, é uma expressão do populismo, como se tornou entre 1969 e 1986.

O militarismo no Panamá expressa contradições imperialistas em escala global e sua expressão no Caribe, onde os EUA se declararam a potência regional. A necessidade dos Estados Unidos de ter um caminho rápido para suas posses territoriais na costa oeste dos Estados Unidos, leva-o a construir o Canal do Panamá, antes de ter derrotado o México e qualquer pretensão que poderia ter em suas costas, tinha destruído toda a expressão soberana na América Central e tinha expulsado a Espanha de suas colônias caribenhas de Cuba e Porto Rico. (GANDÁSEGUI, 2009).

Os Estados Unidos transformaram o Exército em uma força policial cipaya sob o comando de um inspetor-geral dos EUA, e também construíram uma colônia militar na Zona do Canal do Panamá. Em 1906, Washington responsabilizado pelo exército por assumir a construção do Canal e, ao mesmo tempo, administrar a nova colônia.

A Zona do Canal, com poucos mil quilômetros quadrados, prevaleceu sobre a nova República com 77 mil quilômetros quadrados. O “enclave” de trânsito não tem as funções clássicas de ser um exportador de matérias-primas para o mercado mundial. Seu papel no século XX foi servir à estratégia americana para consolidar seu poder na região, bem como um trampolim futuro em sua expansão global.

O militarismo no Panamá não é o produto do desenvolvimento nacional, é o produto de alianças temporárias que são lideradas pelo poder dos EUA e pelos setores que aparecem nas lutas internas panamenhas a militarização da Polícia Nacional na década de 1930 foi combinada com a Doutrina Truman de conter o consumismo até o final da década seguinte.

Em 1953, a Guarda Nacional foi criada sob a presidência do Coronel José A. Remón. Por um lado, a Guarda honra seu compromisso com os EUA, perseguindo qualquer sinal de protesto dos setores de trabalho e populares.

Por outro lado, homenageia uma incipiente “Burguesia Nacional” que, com recursos estaduais, investe fortemente no setor produtivo, tanto nas cidades quanto no campo.

Em 1941 ele demitiu Arnulfo Arias (herdeiro da tradição da Ação Comunitária) da Presidência, em 1955 ele assassinou o presidente Remón, e seguiu uma cadeia de ações contra líderes militares panamenhos: em 1969 ele exilou Boris Martínez, em 1981 o general Omar Torrijos Herrera caiu e em 1989 ele sequestrou e condenou Manuel Antonio Noriega à prisão.

A invasão dos EUA em 20 de dezembro de 1989 interrompeu o que parecia ser um processo crescente de militarismo no Panamá. Os transitistas voltaram ao poder e pediram que os EUA se tornassem o protetor de sua dominação. Ao mesmo tempo, eles submeteram a nova polícia a uma política de “choque” reduzindo-a a um vigia com um bip e um bastão da polícia. (GANDÁSEGUI, 2009).

3.2 Origem da força Pública no Panamá

Em 1983, após a estranha morte do General Omar Torrijos Herrera, em um acidente de avião, a Guarda Nacional foi reformada para as Forças de Defesa do Panamá com o objetivo de converter a Polícia Militar em um Exército Convencional, sob a liderança do general Manuel Antonio Noriega Moreno, que assumiu o comando após a morte do General Torrijos.

Durante o ano de 1989, no Panamá houve uma série de sucesos relacionados com as forças militares do país, entre os quais tentativas de golpes militares para derrubar o General Manuel Antonio Noriega do cargo, como resultado desta tentativa 9 oficiais foram mortos no chamado Massacre de Albrook.

Em 20 de dezembro de 1989, as Forças de Defesa do Panamá para os interesses dos EUA haviam se tornado uma instituição guerrilheira e propagandista devido à estabilidade militar causada pela tentativa de golpe de Estado do Major Giroldi.

A Operação "Justa Causa" foi o uso de meios militares do Exército dos EUA, com o objetivo de capturar o General Manuel Antonio Noriega, que estava sendo procurado por crimes relacionados com drogas e acabar com a história do militarismo no Panamá.

Posteriormente, em 1992, foi aprovada uma reforma constitucional que estabeleceu que a República do Panamá não teria um exército.

Em 1997, foi aprovada a Lei da Polícia Nacional do Panamá, como órgão de segurança civil diretamente subordinado ao Presidente da República, através do Ministério da Segurança Pública, nas mesmas condições do Serviço Aéreo e Naval Nacional (SENAN), do Serviço Nacional de Fronteira (SENAFRONT) e, recentemente, do Serviço Nacional de Migração, como componentes da Força Pública.

O quadro a seguir apresenta como evoluiu a Força Pública no Panamá:

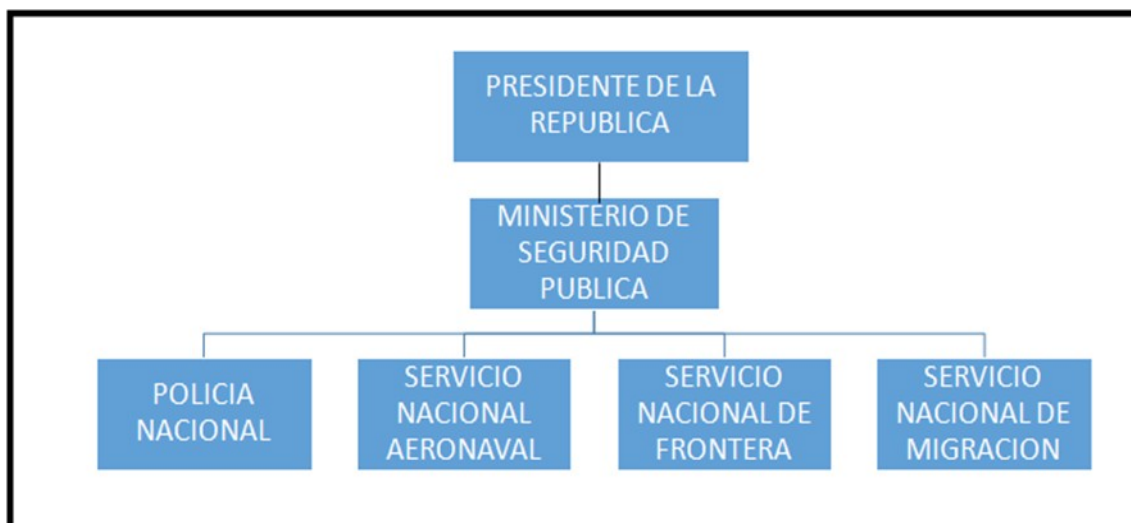
Quadro 1 - Origem da Força Pública do Panamá

PERÍODO	CORPO MILITAR	CARACTERÍSTICAS
1904	Exército de Libertação Nacional	Comandantes de uma brigada do Exército da grande Colômbia vão ao lado separatista do Panamá, conseguindo convertê-lo em uma República.
1904-1952	Polícia Nacional	Os Estados Unidos convenceram o Panamá de que um exército permanente poderia colocar em risco a segurança da Zona do Canal do Panamá.
1952-1968	Guarda Nacional	José Remón Cantera se autoproclama presidente do Panamá e reorganiza a polícia na Guarda Nacional.
1968-1983	Exército Nacional	Golpe de Estado do Tenente Coronel Omar Torrijos Herrera ao Presidente Arnulfo árias.
1983-1989	Forças de Defesa	O general Manuel Antonio Noriega é consagrado chefe supremo das forças militares após o desaparecimento físico do general Omar Torrijos.
1992	Força pública	Invasão norte-americana.

Fonte: GANDÁSEGUI, 2009.

3.3 Estrutura Organizacional das Forças Públicas do Panamá

Figura 1 - Organograma funcional do Ministério da Segurança Pública



Fonte: PANAMÁ, 2015

Ministério da Segurança Pública.

Determinar as políticas de segurança do país, planejar, coordenar, controlar e apoiar o esforço das organizações de segurança e inteligência que integram este Ministério.

Polícia Nacional

Salvaguardar a vida honra, bens e demais direitos e liberdades de quem se encontra sob a jurisdição do Estado; preservar a ordem pública, obedecendo às ordens do Presidente da República e das autoridades nacionais, provinciais ou municipais, de acordo com a Constituição Política e a lei.

Serviço Nacional Aeronaval.

Proteger a vida, honra, bens e demais direitos e liberdades de quem se encontra sob a jurisdição do Estado, conservar a ordem pública, prevenir delitos e faltas, bem como proteger o espaço aéreo e marítimo, as águas navegáveis, a plataforma continental submarina e as águas fluviais e lacustres da República do Panamá.

Serviço Nacional de Fronteiras.

A principal missão do Serviço Nacional de Fronteiras da República do Panamá é proteger a vida, honra, bens e demais direitos e liberdades de quem se encontra sob a jurisdição do Estado, conservar a ordem pública, Prevenir, reprimir e

investigar os crimes e as faltas, bem como proteger as fronteiras terrestres e fluviais da República do Panamá.

Serviço Nacional de Migração.

Controlar os movimentos migratórios de nacionais e estrangeiros e a permanência destes últimos no território nacional.

3.4 Legado Militar na Educação Policial do Panamá

O Panamá não tem uma história de escolas militares ou academias durante sua vida republicana, ao contrário do que aconteceu em outras nações latino-americanas onde foram criadas academias militares, foi só em 1946, que os Estados Unidos conseguiram instalar a chamada Escola das Américas, mas isso foi planejado em seu início, supostamente para profissionalizar os militares da América Latina, promover democracias e ensinar direitos humanos. (GONZÁLEZ, 2012).

Em 1973, com a visão do então general Omar Torrijos Herrera, o Instituto Militar General Tomás Herrera (IMGTH), com o objetivo de fornecer aos alunos do segundo ciclo as condições necessárias para o ensino e educação, o que permitiria o desenvolvimento de capacidades físicas, mentais, morais e acadêmicas com alto teor de disciplina militar,

Hoje, mais de 90% dos alunos formados pelo (IMGTH), são civis profissionais formados por engenheiros, médicos, químicos, advogados, jornalistas e outras profissões, os outros 10% conseguiram alguma bolsa internacional em países da América Latina e nos Estados Unidos, para continuar os estudos na carreira militar, seja força aérea, marinha e exército, para retornar ao país com o posto de segundo tenente.

Por causa do quão caro era para o país, treinar oficiais no exterior e suprir a necessidade de oficiais na instituição militar e depois de estudos aprofundados, levando modelos de Educação Militar e Treinamento de Países com mais experiência que o nosso, a Escola de Suboficiais General Benjamín Ruiz foi criada em 13 de abril de 1986, com duração de três (3) anos de formação.

Com a invasão do Exército dos EUA em dezembro de 1989, as Forças de Defesa foram abolidas, de modo que o Instituto Militar General Tomas Herrera e a Escola Geral Benjamín Ruiz de Suboficiais também desapareceram, este último conseguiu estabelecer três (3) promoções desde sua criação (a última classe tinha apenas um ano de instrução).

Atualmente, não há registro bibliográfico ou na web, que narre os eventos após a invasão de jovens panamenhos que estudavam no exterior, no entanto, eles mesmos narram o que realmente aconteceu com suas carreiras militares.

Com as novas políticas emitidas após a Invasão sobre a formação de membros da Força Pública, em 17 de maio de 1990, foi criada a Academia Nacional de Polícia Dr. Belisario, entidade que seria responsável pelo treinamento dos novos Agentes da Polícia Nacional, mas os oficiais seriam treinados em Academias de Polícia Estrangeira, através de acordos entre nações parceiras, uma vez que até então o Panamá não tinha uma escola de treinamento de oficiais.

Em 3 de junho de 1998, o Centro de Ensino Superior "Doutor Justo Arosemena" contava com uma matrícula de 59 cadetes, sendo seu primeiro Diretor o Major Luis Alfonso Benítez Aponte. Este centro de Ensino tem como principal objetivo formar policiais integrais, com alto nível competitivo, liderança e dom de comando, com a capacidade de gerir os recursos humanos e materiais sob sua responsabilidade, para desempenhar funções que garantam o cumprimento e observância da Constituição e das leis.

Ao final do período de formação, que dura quatro anos, o graduado obterá o diploma de Bacharelado em Administração Pública de Polícia e o grau de Segundo Tenente de Polícia, permitindo que atenda o país por 30 anos de serviço.

3.5 Ensino Superior de Organizações Militares ou Policiais da Região

A soberania só existe efetivamente com uma defesa forte, ou seja, com forças armadas devidamente equipadas e treinadas, em posição de agir em conjunto em qualquer cenário, especialmente diante de cenários de ameaça cada vez mais difusos. (BRASIL, 2012).

Para a República Federativa do Brasil, o processo de ensino superior em suas forças armadas está vinculado às Estratégias de Defesa Nacional do país, por meio de instituições diretamente subordinadas ao Ministério da Defesa, tais como a Escola Superior de Guerra, o Instituto de Doutrina de Operações, o Instituto Pândia Calógeras e o Centro Conjunto de Operações da Paz.

O instrumento militar brasileiro para sua defesa nacional são as Forças Armadas, compostas pela Marinha do Brasil, pelo Exército Brasileiro e pela Força Aérea Brasileira, instituições que precisam ter a capacidade de garantir a integridade

do território e a defesa dos interesses nacionais brasileiros, pessoas, propriedades e recursos, além de garantir a soberania do país.

Nas Forças Armadas brasileiras, a educação em defesa começa nas escolas militares, cujos currículos passaram por um recente processo de adaptação ao novo contexto de segurança e defesa especificado pelas circunstâncias nacionais e internacionais.

O Brasil tem o Escola Superior de Guerra, que é um instituto de altos estudos e pesquisas na área de desenvolvimento nacional, segurança e defesa e que fornece aos civis e militares um amplo conhecimento sobre os problemas brasileiros, e com o objetivo de desenvolver conhecimentos necessários para prestar assessoria no planejamento das estratégias de segurança nacional.

O Sistema Educativo Policial de Honduras é um processo contínuo que inicia, como na República Federativa do Brasil, nos centros de estudo de formação inicial, como o Instituto Técnico Policial (ITP) e a Academia Nacional de Polícia (ANAPO).

Passando depois a uma educação orientada que permite ao novo policial adquirir os conhecimentos orientados para o seu trabalho diário, conhecer de que maneira deve agir e evitar o que acontecia anos atrás quando a polícia circulava em patrulhas pelas ruas sem saber seu proceder, predominando as incertezas e permitindo que o policial caísse em ociosidade, que levaria as forças de segurança em uma crise policial. (FLORES, 2021).

Para a Força de Segurança Policial de Honduras, a especialização da Polícia Nacional permite a efetividade do serviço de Polícia, oferecendo à população qualidade em matéria de segurança, já que a função policial requer conhecimentos especializados em ciências policiais.

A especialidade policial confere ao agente competência no campo da segurança, tendo em vista os novos desafios, desempenhando funções técnicas específicas, as mesmas que vão de acordo com a sua atribuição de forma eficiente, resultando em um serviço de polícia com padrões de eficiência e qualidade.

Nelson Mandela disse: “A educação é a arma mais poderosa para mudar o mundo”, e isso foi adotado pela Polícia Nacional de Honduras.

Atualmente muitos países da região latino-americana que possuem forças militares e policiais como Brasil e Honduras, fortaleceram os seus recursos humanos através da constante preparação e educação para fazer frente aos novos desafios que vem com os avanços na tecnologia.

A Força de Segurança do Panamá atualmente não possui um centro de estudos superiores como no Brasil ou Honduras. Os oficiais panamenhos têm que sair do país para obter uma capacitação em educação superior, o que significa que nem todos têm a mesma oportunidade.

Figura 2 - Cursos Oferecidos pela Escola Superior de Guerra no Brasil.

NATURALEZA DE LOS CURSOS	NIVELES	MINISTERIO DE DEFESA	ARMADA	EJÉRCITO	FUERZA AÉREA	
Formación	Graduación	—	Escuela Naval (EN)	Academia Militar de las Agulhas Negras (AMAN) Instituto Militar de Ingeniería (IME)	Academia de la Fuerza Aérea (AFA) Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA)	
	Complementaria		Centro de Instrucción Almirante Wandenkolk (CIAW)	Escuela de Salud del Ejército (EsSEx) Escuela de Formación Complementaria del Ejército (EsFCEx)	Centro de Instrucción y Adaptación de la Fuerza Aérea (CIAAR)	
Especialización	Post-graduado	Escuela Superior de Guerra (ESG) — CEMC, CSIE, CLMN, CSUPE	Escuelas, Centros de Instrucción, Organizaciones de Salud y otras Organizaciones Militares* en el ámbito de las tres Fuerzas Armadas.			
Perfeccionamiento		—	Centro de Instrucción Almirante Wandenkolk (CIAW)	Escuela de Perfeccionamiento de Oficiales (EsAO)	Escuela de Perfeccionamiento de Oficiales de la Fuerza Aérea (EAOAR)	
Comando y Estado Mayor		—	Escuela de Guerra Naval (EGN)	Escuela de Comando y Estado Mayor del Ejército (ECEME)	Escuela de Comando y Estado Mayor de la Fuerza Aérea (ECEMAR) Universidad de Fuerza Aérea (UNIFA)	
Política y Estrategia		Escuela Superior de Guerra (ESG) — CAEPE	Escuela de Guerra Naval (EGN)	Escuela de Comando y Estado-Mayor del Ejército (ECEME)	Escuela de Comando y Estado Mayor de la Fuerza Aérea (ECEMAR) Universidad de Fuerza Aérea (UNIFA)	
Área científica y tecnológica		—	—	—	Instituto Militar de Ingeniería (IME)	Instituto Tecnológico de la Fuerza Aérea (ITA)
		—	—	—	—	—

Fonte: BRASIL, 2012

3.6 Modelo Educacional Estratégico Policial na Força Pública do Panamá

Um modelo educativo policial para toda a força pública do Panamá, deve estar enquadrado nos princípios ditados pela constituição política do Panamá principalmente quando diz: “A República do Panamá não terá Exército” (PANAMÁ, 2004).

O modelo educativo policial é um esquema ou representação das formas, dos conteúdos e dos sujeitos da ação educativa que se realiza na instituição com o fim de conseguir a formação integral, que permita dotar a instituição de pessoal policial

competente para prestar o serviço público de segurança dentro do quadro jurídico, respeito dos direitos humanos e reforço do estado de direito.

Por isso, este modelo educativo policial busca formar um cidadão que cumpra as funções de servidor público, promover a segurança democrática e a manutenção da ordem pública em ma sociedade marcada pelo estado de direito e orientar a formação de hábitos para um estilo de vida policial e uma profissionalização que demonstre eficiência e eficácia na prevenção da criminalidade e solução de problemas de segurança.

O Plano Estratégico de Governo do Panamá para o período 2019-2024, estabelece entre suas tarefas principais em relação à segurança pública, apoiar e motivar os homens e mulheres das Forças Públicas, reconhecendo seu sacrifício e dedicação ao serviço.

O modelo educativo policial compreende diversos fins educativos que constituem os resultados de mais longo alcance que se busca obter mediante a ação educativa e, portanto, constituem o norte dos processos educativos e assinalam o tipo de ser humano que se deseja formar.

Os objetivos da educação para o modelo de ensino policial são os seguintes:

- a) formar cidadãos com consciência crítica da realidade em função de seu processo histórico para que assumindo-a participem e coordenem com diferentes atores e instâncias de forma ativa e responsável na busca de soluções humanas e justas;
- b) impulsionar no educando o conhecimento da ciência e da tecnologia moderna como meio para propiciar a segurança cidadã, pública, comunitária e democrática;
- c) fomentar no educando um completo sentido da organização, responsabilidade, ordem e cooperação, desenvolvendo sua capacidade para realizar seus interesses individuais em consonância com o interesse social;
- d) desenvolver uma atitude investigativa científica para que possa enfrentar com eficiência as mudanças que a sociedade lhe apresenta; e
- e) promover no educando atitudes responsáveis e comprometidas com a proteção do patrimônio histórico, econômico, social, étnico e cultural da nação.

No modelo educacional estratégico policial ou militar deve prevalecer sempre o princípio da liderança, ferramenta que ajuda os comandantes ao cumprimento da missão confiada.

Dispor de líderes capazes de dar respostas aos desafios presentes e futuros transmite confiança, além de cuidar, ensinar, motivar e estabelecer uma direção a curto, médio e longo prazo. (RESGA, 2017).

Sem uma boa liderança não se poderia aspirar ao êxito em nenhum processo de transformação ou de melhoria. Ainda que em épocas passadas os regulamentos da Força Aérea não mencionavam diretamente este termo, hoje sabemos que tudo aquilo que aprendíamos e ensinávamos no marco da Condução e do Comando, na atualidade, se ajusta perfeitamente à concepção moderna do termo.

Assim, quando falávamos de um motorista, fazíamos com a mesma gravidade e complexidade que hoje atribuímos a um líder.

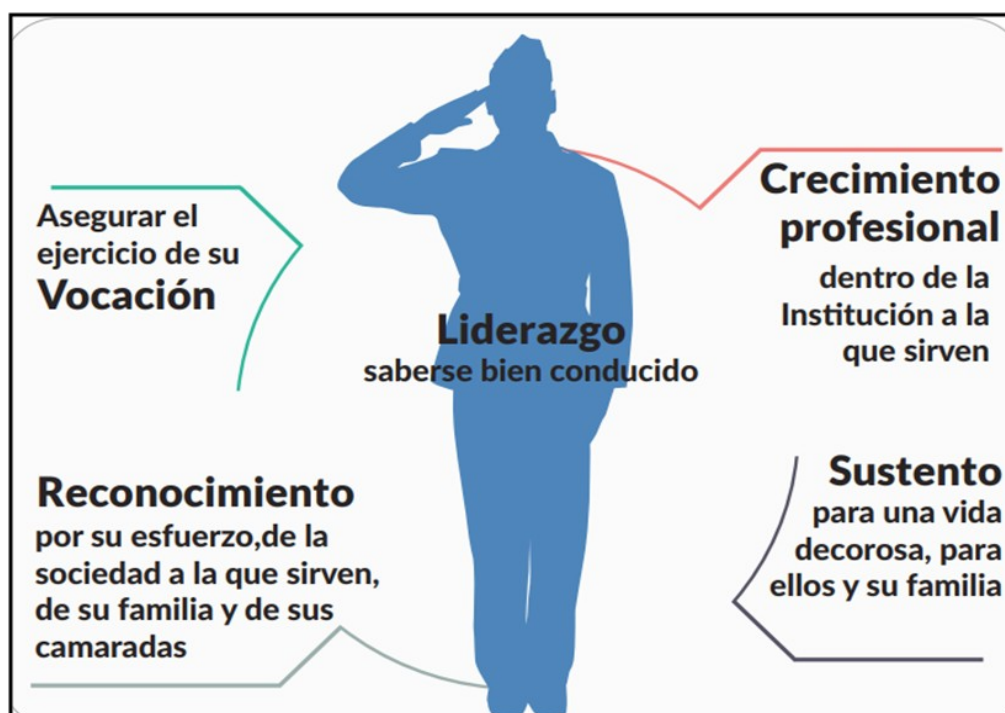
“Estou firmemente convencido de que os líderes não nascem; eles se educam, treinam e se fazem como em qualquer outra profissão. Para assegurar uma Força Aérea forte e preparada devemos sempre nos manter dedicados a esse processo” (RESGA, 2017, p. 20).

Já não nos cabem dúvidas sobre a importância e o papel fundamental que desempenha a liderança nas organizações. Abundam os autores e é profusa a literatura sobre o tema. Antes, talvez fossem necessárias as explicações e justificações que defendessem o seu surgimento dentro das nossas Instituições Militares para o cumprimento da missão.

Segundo a Manual de Campanha 6-22 (US-ARMY), cada parte do Exército busca maximizar seu capital humano para prevenir, moldar e conquistar o domínio do terreno. Cada indivíduo que constitui esse capital é ou pode tornar-se um líder.

Embora o Exército utilize muitas estratégias para desenvolver líderes, a forma mais influente é dedicar tempo durante as missões operacionais dos soldados e durante o trabalho dos civis do Exército. Trabalhar em ambientes reais, ou seja, resolver problemas reais com membros de equipe reais, evidencia os desafios e as condições que permitem aos líderes ver a importância de fazer atividades de liderança.

Figura 3 - Pilares que sustentam o pessoal da Força Aérea



Fonte: RESGA, 2017.

4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Depois de ter pesquisado e desenvolvido os capítulos desta pesquisa, a respeito dos Estudos Superiores Estratégicos de Polícia para a Força Pública do Panamá, foram feitas seis perguntas a 33 oficiais superiores que formam atualmente os escalões de segurança da força de segurança pública. Esta pesquisa foi realizada no final do mês de junho de 2021, utilizando a plataforma Google Form. As respostas a estas questões são enquadradas com grande valor para o alcance deste objeto de estudo.

QUESTÃO 1.

Você considera que a ausência de um instituto superior de estudos estratégicos de polícia pode afetar o desenvolvimento profissional dos oficiais superiores da força pública do Panamá?

Tabela 1 - Ausência de Instituto de estudos superiores

OPÇÕES	PESSOAL PESQUISADO	PORCENTAGEM %
SIM	24	73
NÃO	03	9
E POSSIVEL	06	18
TOTAL	33	100

Fonte: o autor.

Gráfico 1 - Ausência de instituto de estudos superiores.

Fonte: o autor.

Análise: Pode-se notar que 73% dos entrevistados, afirmaram que a ausência de um Instituto Superior de Estudos Policiais afeta o desenvolvimento profissional dos oficiais superiores no cumprimento da Missão, apenas 9% dos entrevistados disseram que não, talvez considerem que os oficiais superiores têm as experiências adquiridas do diário viver e a ponham em prática, mas existe 18% dos entrevistados que manifestaram que este centro de estudos superiores pode Melhorar as condições do desempenho.

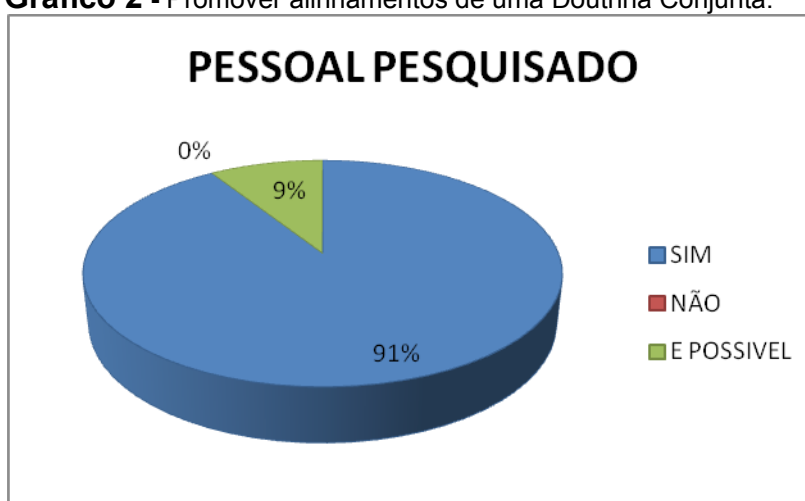
QUESTÃO 2.

Você considera que um instituto superior de Estudos Estratégicos de Polícia na Força Pública do Panamá possa impulsionar as diretrizes para a criação de uma doutrina conjunta para os estamentos de segurança?

Tabela 2 - Promover alinhamentos de uma Doutrina Conjunta.

OPÇÕES	PESSOAL PESQUISADO	PORCENTAGEM %
SIM	30	91
NÃO	0	0
E POSSIVEL	03	9
TOTAL	33	100

Fonte: o autor.

Gráfico 2 - Promover alinhamentos de uma Doutrina Conjunta.

Fonte: o autor.

Análise: Pode-se ver que 91 % dos entrevistados afirmaram que um Instituto Superior de Estudos Policiais, conseguiria motivar a que se possam criar as linhas de uma Doutrina Conjunta para a força pública. Atualmente não existe nenhum documento doutrinário para realizar estas operações. Utiliza-se o manual do Exército dos Estados Unidos, mas 9% dos entrevistados disseram que É POSSÍVEL, já que consideram que com a criação de um Instituto Superior de Polícia se estaria iniciando com a profissionalização da força pública, encaminhando-o para os modelos militares e policiais que existem nas forças militares da América Latina, é dizer que nesta pergunta NÃO se observa oposição.

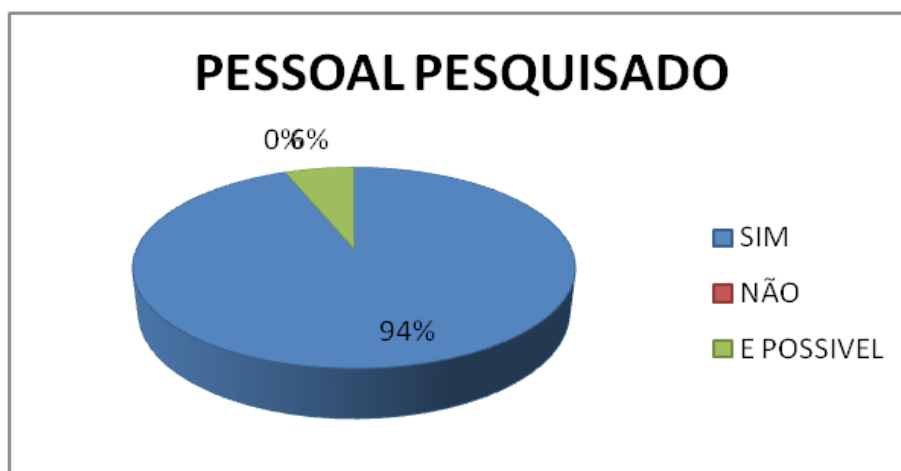
QUESTÃO 3.

O senhor considera que um Instituto de Estudos Estratégicos Superiores de Polícia na Força Pública do Panamá melhoraria a capacidade, a liderança, o comando e o controle dos Oficiais Superiores para enfrentar melhor a problemática que existe em matéria de segurança pública?

Tabela 3 - Melhorar as capacidades dos oficiais superiores.

OPÇÕES	PESSOAL PESQUISADO	PORCENTAGEM %
SIM	31	94
NÃO	0	0
E POSSIVEL	02	6
TOTAL	33	100

Fonte: o autor.

Gráfico 3 - Melhorar as capacidades dos Oficiais superiores.

Fonte: O autor.

Análise: Pode-se notar que 94 % dos entrevistados, afirmaram que um Instituto Superior de Estudos Policiais, ajudaria ao desenvolvimento dos Oficiais superiores no momento de conduzir as operações, aplicando os conhecimentos adquiridos, os princípios de liderança que ajudariam a melhorar todos os desafios que existem em matéria de segurança Pública, 6% dos entrevistados disseram que É POSSÍVEL, já que a realidade em matéria de segurança pública do Panamá é dinâmica e muda constantemente, No que se refere a esta questão, observou-se oposição nos inquiridos.

QUESTÃO 4.

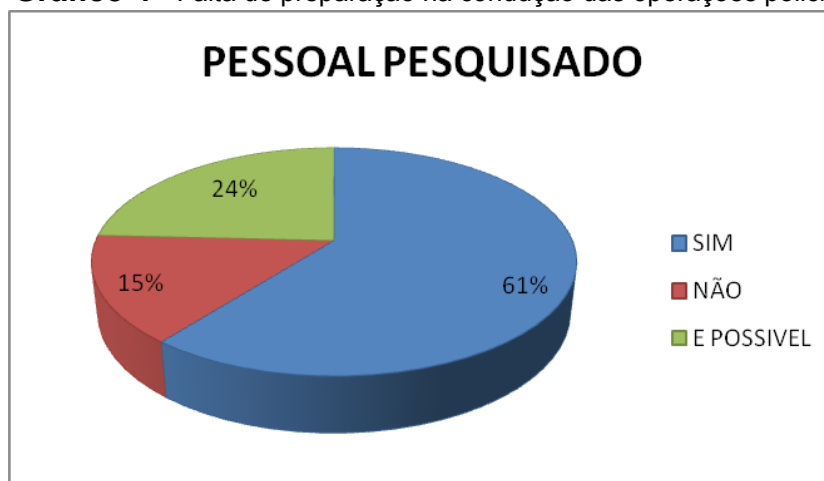
Você considera que uma das fraquezas da força pública do Panamá, no momento de dirigir suas operações policiais, é a falta de preparação e conhecimento que têm seus oficiais?

Tabela 4 - Falta de preparação na condução das operações policiais.

OPÇÕES	PESSOAL PESQUISADO	PERCENTUAL %
SIM	20	61
NÃO	05	15
E POSSIVEL	08	24
TOTAL	33	100

Fonte: o autor.

Gráfico 4 - Falta de preparação na condução das operações policiais.



Fonte: o autor.

Análise: Pode-se constatar que 61 % dos entrevistados consideram uma fraqueza a falta de preparação dos oficiais no momento de prestar o serviço policial, 24% dos inquiridos afirmou que a **É POSSÍVEL**, que alguns oficiais não estão capacitados para prestar o serviço policial, 15% dos entrevistados **não** consideram uma fraqueza a falta de preparação dos oficiais no momento de prestar o serviço policial, Talvez haja outros fatores.

QUESTÃO 5.

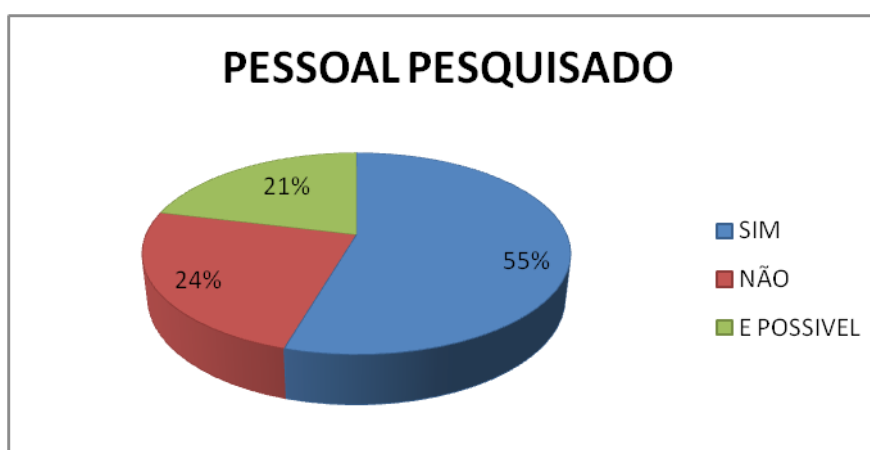
Você considera, que a força pública do Panamá deve continuar a enviar oficiais superiores para se especializarem em Diplomados do Estado-Maior (Aéreo, Naval ou Exército), em nações parceiras, mesmo sabendo que este conhecimento é doutrina militar e que o Panamá não tem Exército?

Tabela 5 - Especialização de Oficiais Superiores no estrangeiro.

OPÇÕES	PESSOAL PESQUISADO	PERCENTUAL %
SIM	18	55
NÃO	08	24
E POSSIVEL	07	21
TOTAL	33	100

Fonte: o autor.

Gráfico 5 - Especialização de Oficiais Superiores no estrangeiro.



Fonte: O autor.

Análise: pode-se notar que 55 % dos entrevistados consideram que se deve continuar enviando os oficiais superiores para realizar o curso de Estado-Maior (aéreo, naval e exército) nas nações amigas, ainda que esta seja voltada para doutrina militar. Por outro lado, 24% dos entrevistados consideram que não se deve continuar enviando oficiais superiores para se capacitarem na doutrina militar das forças armadas da região. 21% dos entrevistados disseram que é possível continuar com os intercâmbios culturais, nos países que possuam reconhecidas forças armadas e que esse conhecimento seja posto em prática nas forças públicas do Panamá.

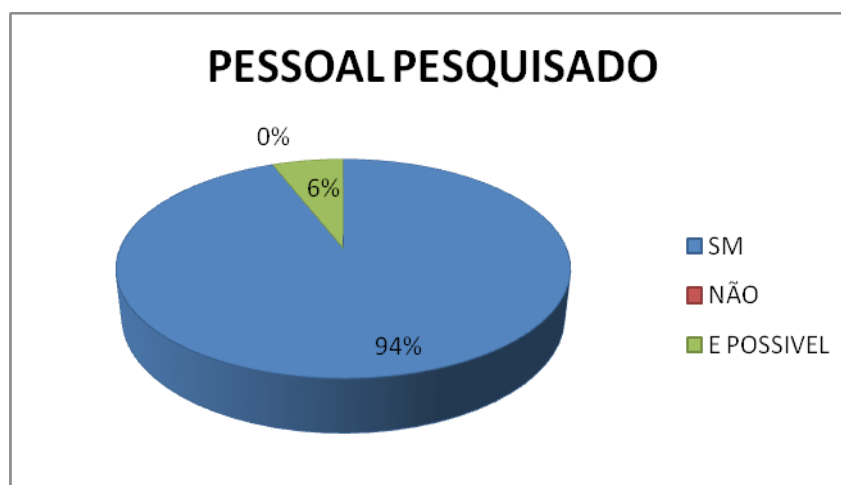
QUESTÃO 6.

Você considera que é necessário para o Panamá, em matéria de segurança pública, a educação em Estudos Superiores estratégicos de polícia que especialize os oficiais da força pública?

Tabela 6 - Estudos Superiores Estratégicos de Polícia.

OPÇÕES	PESSOAL PESQUISADO	PERCENTAL %
SIM	31	94
NÃO	0	0
E POSSIVEL	02	6
TOTAL	33	100

Fonte: o autor.

Gráfico 6 - Estudos Superiores Estratégicos de Polícia.

Fonte: O autor.

Análise: Pode-se notar que 94% dos entrevistados consideram que é necessário implementar através de um Instituto o Ensino Superior em Estudos Estratégicos de Polícia para os Oficiais da Força Pública do Panamá. 6% dos entrevistados disseram que É POSSÍVEL, educando os oficiais no ensino superior da polícia com o objetivo de dar uma melhor resposta à cidadania em matéria de segurança, Nesta pesquisa ninguém se opôs à implementação de uma educação superior estratégica de polícia na Força Pública do Panamá.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo analisar uma proposta que busca implementar a Educação Superior Estratégica Policial por meio de um centro de estudos, dirigidos à população de oficiais superiores que compõem os quatro escalões de segurança da força pública Panamá, com a finalidade de proporcionar conhecimentos que possam servir como ferramenta de assessoramento ao nível estratégico em matéria de segurança Pública do País.

Além disso, durante o desenvolvimento da investigação, foi possível conhecer qual foi o legado militar e doutrinário que as antigas forças de defesa deixaram após a invasão norte-americana em 20 de dezembro de 1989 à força pública do Panamá e, a partir desse momento, a formação de seus homens que passou de ser castrense para uma formação policial.

Esta pesquisa, levou-nos a compreender como é a formação dos oficiais na força Pública do Panamá pós invasão. Atualmente os oficiais recebem sua formação militar ou policial em países da região, trazendo para a força pública, depois de seu regresso ao país uma mescla de diferentes doutrinas que, ao final, cada oficial tenta quer aplicar, o que prejudica a função policial.

A Metodologia utilizada para desenvolver os Capítulos deste trabalho, foi por meio de Documentação coletada na web, analisando e comparando como é o sistema de educação em países da região que podem ser escolas superiores de guerra e centros de estudos superiores de polícia, com a realidade atual da força pública do Panamá, que não propõe uma educação superior a seus oficiais, o que resulta ser uma fraqueza para enfrentar os novos desafios que traz o mundo globalizado e a tecnologia com relação à segurança pública do país.

Em nossa análise de dados da investigação, as perguntas foram orientadas para a identificação do problema e praticadas a um grupo de oficiais da Força Pública do Panamá, Ficando claro, de acordo com os oficiais entrevistados, que para melhorar as operações policiais de segurança pública no Panamá é necessário a implementação da educação superior estratégica policial.

Atualmente, a questão da insegurança no Panamá está sendo muito criticada e comentada pela cidadania, dado que, através dos meios de comunicação social,

se dão a conhecer os erros cometidos pelos membros dos organismos de segurança quando realizam as suas operações policiais no dia a dia.

Por outro lado, a análise dos dados na pesquisa levou a demonstrar que um grupo de oficiais entrevistados estão de acordo com o envio ao exterior dos oficiais da Força Pública do Panamá para que se especializem em educação superior, como por exemplo a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América, que capacitam seus oficiais em Cursos Avançados em Estado-Maior Aéreo e forças terrestres de muitas nações amigas.

Nesta ordem de ideias, podemos afirmar na pesquisa realizada, que a hipótese onde se refere a que com a criação das linhas para a educação superior estratégica de Polícia podem gerar nos oficiais superiores o espírito de competência, tomando como exemplo a Força Aérea Brasileira, em que para se qualificar ao grau de Coronel, um dos requisitos é ter o Curso Avançado de Comando e Estado-Maior.

Finalmente, podemos concluir nesta pesquisa que, para melhorar as operações policiais da força pública do Panamá, precisam ser criadas as condições necessárias para treinar em educação superior os oficiais e, por outro lado, manter o intercâmbio cultural com as nações amigas que tem forças armadas de prestígio para que se agregue valor na formação do oficial, como também um reconhecimento ao esforço pelo desempenho em seus trabalhos cotidianos do serviço.

Acrescentando a esta conclusão, a Força Pública do Panamá para o ano de 2021, buscando a especialização de seus oficiais superiores por meio das relações diplomáticas com nações amigas que possam ser escolas superiores de guerra, eu apenas forneço esta oportunidade a um Oficial Superior, rejeitando os outros convites feitos por outros países devido à situação econômica motivada pela Pandemia Covid - 19.

Este dado indica-nos que a formação de um oficial superior no exterior em educação superior representa uma despesa econômica, o que nos indica que para o país resulta ser conveniente criar as diretrizes necessárias para que esta educação especializada aos membros da Força Pública seja de dentro do país.

Como sugestão para uma futura pesquisa, recomenda-se analisar a criação de uma escola superior de polícia para a força pública do Panamá, assim como as existentes nos países que têm forças armadas, a exemplo da escola superior de

Guerra, isto com o propósito aprimorar a profissionalização em alto nível de nossos oficiais que compõem os estamentos de segurança.

REFERÊNCIAS

PANAMÁ. **Título XII Força Pública (Art.310-312)**. Decreto Legislativo 1972 (reformados pelos Atos de Reforma de 1978, o Ato Constitucional de 1983, Os Atos Legislativos nº 1 de 1993 e nº 2 de 1994 e o Ato Legislativo nº 1 de 2004). Panamá: Gazeta Oficial nº 25176, 15 de novembro de 2004.

_____. **Lei nº 15 de 14 de abril de 2010**. Assembleia Nacional dos Representantes Criação do Ministério da Segurança Pública. Panamá: Gazeta Oficial nº 26511-A, 2010.

_____. **Manual de Organização e Funções**. Escritório de Desenvolvimento Institucional. Panamá: Ministério da Segurança Pública, 2015.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional**, Congresso Nacional, Brasília, DF, 2012.

EEUU. **Manual de Campalha 6-22**. Desenvolvimento de Líderes. Quartel General, Do Departamento do Exército. Washington, DC, 30 de junho de 2015.

ARÉVALO HERRERA, L. **Educação policial e direitos humanos**. Diálogos sobre Educação. Zapopan: ISSN 2007-2171, 2018.

ARCE, M. G. **“A profissionalização do recurso humano policial, aspectos curriculares que devem ser considerados”**. San José: Revista de Educação; vol 32 (Nº 001); 27-44 ISSN 0379-7082, 2008.

BELLO-MONTE. C. **Novos desafios para as forças policiais em um mundo globalizado**. Bogotá: ISSN 1794-3108. Volume 54, número 2, julho-dezembro 2012.

BULLA, P; GUARÍN, S. **Diário de formação policial e segurança cidadã**. Como melhorar o serviço policial? Bogotá: Friedrich-Ebert-Stiftung (FES), 2015.

FINDLAY, M. **The Globalisation of Crime**. Understanding transitional relationships in context. Cambridge: Cambridge University Press; 1ª edição, 4 de maio de 2000.

GANDÁSEGUI, H., MARCO A. **O Militarismo no Panamá**. Centro de Estudos Latinoamericanos "Justo Arosemena". Panamá: Tareas E-ISSN: 0494-7061, núm. 131, pp. 111-128, enero-abril, 2009.

GONZÁLEZ, B; JOSÉ. **Escolas Militares no Panamá, História que se Quer Esquecer**. Panamá: Crítica en Línea – EPASA, 2012.

KRUIJT, D; TORRES-RIVAS, E. **América Latina: militares y sociedad / coord**. San José: FLACSO, 1991.

REVISTA DA ESCOLÁ SUPERIOR DE GUERRA AÉREA. Buenos Aires: UNDEF, 2017-. ISSN 2408-4158.